procuram agir de forma natural embora traga desconforto demonstra que a mudança está acontecendo, falta muito, mas já é um começo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed., Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BARBOZA, Katia. A descoberta da sexualidade pelos alunos da educação infantil. 2002. 44p. Pós-Graduação "Latu Sensu" em Psicopedagogia. Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro.

BRASIL / Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a Educação Infantil. Formação Pessoal e Social Volume 2 Brasília: MEC/ SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual

Educ. Soc. , Campinas, vol. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008

DOLTO, Françoise, 1908-1988. A Causa Das Crianças, 3ªedição, 2012 editora: Idéias&Letras.

FREUD, Sigmund, 1856 - 1939. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Tradução de Paulo Dias Corrêa. Rio de Janeiro: Imago Ed. 2002. 120p.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral e BRANCO, Ângela Uchoa. Gênero, Sexualidade e Diversidade na Escola a partir da Perspectiva de Professores/as.

Trends in Psychology / Temas em Psicologia – 2015, Vol. 23, nº 3, 577-591

SILVA, Ariana Kelly Leandra da. Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. Rev. NUFEN [online]. v.5, n.1, Janeiro-Julho, 12-25, 2013.

SOUZA, Leandro Corsico e DINIS, Nilson Fernandes. Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação docente em biologia. Pro-Posições, Campinas, v. 21, n. 3 (63), p. 119-134, set./dez. 2010

A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE MUDANÇA SOCIAL

MICHELE ODO QUEIROZ

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar os aspectos históricos e teóricos que fundamentam o processo de alfabetização - especificamente leitura e escrita - e embasar a prática de exercício de docência. Analisar a legislação atual brasileira acerca das metas para a educação e questionar as políticas públicas quanto à implementação de uma educação de boa qualidade. Apesar de todos os problemas na educação brasileira, a alternativa abordada neste trabalho para reverter este quadro é rever as políticas públicas, de maneira que esta atue de maneira eficaz: valorizar o professor, enxergar o aluno como um sujeito pensante, ativo e transformador da sua realidade e a escola como uma instituição social que

tem sua própria realidade, oferecendo subsídios para um bom desenvolvimento de prática.

Palavras-Chave: educação, ascensão social e políticas públicas

ABSTRACT

The general objective of this text is to analyze the historical and theoretical aspects that underlie the process of literacy - specifically reading and writing - and to base the practice of teaching. To analyze the current Brazilian legislation on targets for education and to question public policies on the implementation of good quality education. Despite all the problems in Brazilian education, the alternative addressed in this work to reverse this picture is to review public policies, so that this act effectively: valuing the teacher, seeing the student as a thinking subject, active and transforming its reality and the school as a social institution that has its own reality, offering subsidies for a good practice development.

Keywords: education, social rise and public policies

INTRODUÇÃO

Qual é o conceito de educação? Como conceituá-la? Quais os fatores que a ela influenciam? Quais os fatores que ela influencia? Quais os seus objetivos?

Pinto (2007) afirma que “A educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses”. Assim, a educação configura-se como um processo, que se engendra na sociedade a qual está a serviço, considerando seus conceitos de mundo e de homem, seus ideais, seus objetivos, seus anseios...

A educação é criada por uma dada sociedade e, servindo a essa, mobiliza-se a fim de desenvolver o que inicialmente foi oferecido. A educação brasileira vive um momento marcado por insucessos e é notável que a escola não tem sido eficiente em sua tarefa básica de ensinar a ler, escrever e a contar. Isso se reflete nos baixos índices alcançados pelas unidades escolares nas avaliações externas - SARESP, SAEB, Prova Brasil, entre outras - e, por conseguinte, no processo de desenvolvimento das competências leitora e escritora. São muitos os adultos que codificam e decodificam a escrita, mas não conseguem expressar-se por meio dela e não interpretam nem compreendem o que lêem, apesar de concluírem o período de escolarização.

É muito comum, pessoas que sabem ler e escrever, mas não adquiriram competência para usar socialmente a leitura e a escrita.

Na sociedade contemporânea, fazem-se necessários cidadãos que compreendam o que leem e que se expressem por meio da escrita, além de saber utilizar a leitura e a escrita e responder às suas exigências.

CAPÍTULO 1- BREVE DISCUSSÃO SOBRE A HISTÓRIA DOS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

A Proclamação da República em 1889 propiciou à educação um novo sentido: a mesma foi considerada como um instrumento de modernização e progres-

so do Estado-Nação e fonte de esclarecimento das massas iletradas - uma vez que até o momento a leitura e escrita eram privilégios de poucos e ocorria de maneira precária nas poucas escolas do Império. Assim, a competência tanto de ler quanto de escrever tornaram-se fundamentos da escola obrigatória, leiga e gratuita (MORTATTI, 2006).

No desenrolar de nosso processo histórico e de educação, vemos que as mudanças detinham-se apenas aos métodos de ensino da leitura e escrita. Até 1890, altercaram-se entre o método sintético da soletração e da silabação e o método analítico João de Deus para o ensino da leitura e o ensino da escrita restringia-se à caligrafia e ortografia. A partir de 1890, professores defendiam o método analítico para o ensino da leitura e o seu uso tornou-se obrigatório. Instalouse, então, uma disputa entre os defensores do método sintético e analítico. O ensino da escrita continha-se na caligrafia e no tipo de letra a ser usada. Em meados de 1920, a fim de conciliar os dois tipos básicos de métodos de ensino da leitura e escrita - sintético e analítico - utilizaram métodos mistos ou ecléticos, chamados de analítico-sintético ou vice-versa. A escrita era entendida como habilidade caligráfica e ortográfica. No final da década de 1970, o método de ensino se subordina ao nível de maturidade das crianças, ou seja, as questões didáticas submetiam-se às de ordem psicológica. A partir de 1980, a preocupação com o método de ensino diminui à medida que o olhar volta-se à aprendizagem da criança, tendo em vista as pesquisas sobre a psicogênese da língua escrita de Emília Ferreiro e colaboradores. Ainda nessa década, o construtivismo se fortifica e demanda o abandono às teorias e práticas agora ditas tradicionais e a desmetodização do processo de alfabetização, após sua propagação por toda a rede pública de ensino. Cria-se a ilusão de que a aprendizagem independe do ensino. Atualmente, vê-se uma nova disputa entre o construtivismo e o interacionismo que, por sua vez, é controlada com a conciliação de ambos e a tentativa, por parte de pesquisadores, de sugerir novas propostas de alfabetização baseadas em antigos métodos, como os de marcha sintética (MORTATTI, 2006).

São inúmeros os casos - expressos por dados estatísticos do Ministério da Educação e Cultura - em que alunos estudantes de escola pública e provenientes da classe desfavorecida que concluíram o Ensino Médio, ou seja, que estudaram cerca de onze anos e não sabem o funcionamento e o uso da linguagem oral e escrita e isso se dá simplesmente porque a escola ou não ensina o que devia, ou ensina errado, ou ensina o certo com procedimentos inadequados à clientela. (Cagliari, 1997).

É evidente, para Cagliari (1997), que a sociedade ainda pauta-se em preconceitos sociais manifestos através de discriminação da cor, do sexo, dos costumes, das origens, da linguagem e principalmente da classe econômica e, por pertencer a essa, a escola torna-se adepta dessas práticas. Assim, as crianças provenientes das classes pobres são sempre as principais vítimas e lhes são negados seus direitos sociais.

Faz-se necessário, para a escola desempenhar, de fato, a sua função, uma formação de professores voltada para essa finalidade. Sobre esse assunto, Mazzeu (1998) apresenta uma proposta para

formação de professores fundamentada na perspectiva histórico-social comprometida com tal objetivo.

Mazzeu (1998) enuncia uma formação de professor baseada na prática pedagógica tendo em vista o domínio pelos alunos dos conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade. Para isso, faz-se necessário que o professor aproprie-se desse saber, crie seus próprios instrumentos de trabalhos (procedimentos, técnicas, materiais didáticos) e torne-se cada vez mais autônomo, crítico e sujeito principal de sua formação.

CAPÍTULO 2- BREVE ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO ATUAL

Patto (2007) afirma que a escola brasileira constitui-se a partir de um pensamento ideológico do Primeiro Império – inferioridade do povo brasileiro - que é consolidado ao longo do processo histórico. A escola nasce com o objetivo principal e implícito de reduzir a criminalidade e manter a ordem social entre as classes pobres - consideradas como menos capazes, mais ignorantes e por conseguinte, mais propensas à delinquência - sem a preocupação de transmitir-lhes os saberes elaborados e privilégios da classe dominante. Predominava, desde então, o preconceito, a discriminação, a divisão de classes e uma política educacional coerente com essas crenças. Fazia-se da escola uma salvadora da sociedade, um forte instrumento de submissão, inibição de protestos e fortalecimento da ideologia.

A educação, pautada nesses princípios, desabou num fracasso gradativo. As classes populares que acreditavam usufruir a escola, não se davam conta de que eram vítimas da opressão e dominação a qualquer custo, de que não eram ensinadas a pensar criticamente, mas a continuar como mão-de-obra barata aos capitalistas com conteúdos simplistas. Assim, os índices de repetência e evasão escolar cresceram juntamente com as mais variadas explicações científicas e psicológicas para esse fato, que se detém às causas hereditárias e genéticas, às teorias raciais, às doenças mentais e físicas, à carência ou deficiência cultural, a desestrutura familiar...

Arelaro (2005) relata que, nos últimos 15 anos, há um esforço considerável do governo federal em alterar positivamente os índices educacionais de repetência e evasão do Brasil, apontados como um dos piores do mundo. Isso se dá não por preocupação com a qualidade da escola pública, mas, principalmente, pelos compromissos internacionais assumidos com a assinatura da “Declaração Mundial da Educação para Todos” e com órgãos de agiotagem também internacionais.

Entre as medidas tomadas foi à implementação das classes de aceleração (alunos defasados que podiam avançar seus estudos), do ciclo básico e progressão continuada (divisão das séries escolares em grupos a fim de não impedir que os alunos sigam adiante em seus estudos escolares, ou seja, promoção automática – como é mais conhecida porque só é permitida a retenção na última série de cada ciclo); criação do FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, substituído pelo FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento

da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e do Programa Bolsa Família (que tem como exigência a obrigatoriedade de frequência à escola das crianças das famílias beneficiadas).

Deste modo, para economizar recursos na área de educação amplia-se o número mínimo de alunos em sala de aula e mantém-se o mesmo número de professores sem investimentos e fiscalizações em instituições de ensino voltadas à sua formação e valorização concreta de sua profissão.

Essas medidas alcançaram os objetivos inicias do governo federal, mas cabe fazer a pergunta: quando haverá a preocupação com a qualidade da educação pública brasileira?

Patto (2007), ao relatar a improdutividade das escolas públicas, faz-nos entender que a educação de hoje está carregada das raízes ideológicas do passado.

Patto (2007) afirma que se faz necessário, entre outros fatores, considerar a escola como instituição de ensino de capacidades e informações contemporâneas, garantindo o direito do cidadão ao letramento e ao saber; revalorizar os educadores em três vertentes: salário, formação e participação nas decisões que afetarão o seu fazer profissional; reestruturar radicalmente as instituições de detenção de menores, para que seus portadores possam apropriar-se dela no plano simbólico; escolher ministros, secretários de Educação e assessores que tenham formação intelectual compatível com o cargo; e desvincular a política educacional dos interesses políticopartidários.

Portanto, se não ocorrerem medidas urgentes e possíveis de serem realizadas, permaneceremos imersos e estáticos num sistema educacional com políticas públicas sem qualquer preocupação com a melhoria significativa, real e concreta dos aspectos qualitativos. “Sem isso, e sem muitas outras medidas, continuaremos presas do poder do atraso” (PATTO, 2007, p. 262) e continuaremos formando sem muitos esforços educandos que ao chegarem ao nível universitário não conseguem interpretar um texto com mais de duas laudas.

CAPÍTULO 3 – A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE MUDANÇA SOCIAL

A educação pode assumir funções que se divergem em seus extremos. Ao ostentar a primeira, ela concorda plenamente com a ideologia da classe dominante para qual opera, disseminando-a acriticamente, cooperando para o predomínio dessa e reproduzindo indivíduos. Ao ostentar a segunda, ela desvela essa ideologia, desmascarando seus ideais e objetivos e despertando uma consciência crítica e inovadora entre os cidadãos.

Severino (2001) afirma que a educação é, concomitantemente, mediada e mediadora. A primeira diz respeito às influências diretas que sofre da História que a condiciona e do meio em que está inserida para, então, formar educandos úteis a uma dada sociedade. A segunda, à medida em que seu processo se dá, influencia o meio em que está inserida, fazendo com que cada indivíduo desenvolva sua consciência de tal forma a desestruturar a sociedade e reconstruir a História. Isso configura o processo dialético na educa-

ção – tese, antítese e síntese – e sua prática social e histórica.

A educação, em seu caráter técnico, prepara o indivíduo para o mundo do trabalho e fornece-lhe as condições necessárias para tal, a fim de que aprenda a viver e a sobreviver, uma vez que os homens não nascem amadurecidos, mas tornam-se homens pelo seu próprio fazer. Já em seu caráter político, reproduz a estrutura social e relações sociais vigentes sem descartar o poder exercido pelos fatores econômico e ideológico do momento.

Numa sociedade capitalista, há a necessidade – da classe dominante – de garantir a permanência dos meios de produção, da força de trabalho e dos lucros e, para isso, faz uso da instituição escolar como mantenedora da submissão aos interesses de sua ideologia e posterior desconhecimento de sua real condição.

No entanto, essa educação pode caminhar no sentido contrário a esse fim e a ideologia dominante. Para tanto, deve revelar aos sujeitos das classes desfavorecidas a dinâmica da sociedade, das relações de poder e da submissão, fornecer-lhes oportunidades para a apropriação do saber sistemático e, por conseguinte, interferir na consciência e subjetividade, tornando-a crítica e reflexiva. É óbvio que isso depende consideravelmente do esclarecimento e postura crítica dos educadores e de seu compromisso político.

Desse modo, cabe aos educadores optarem pela postura que certamente interferirá nas futuras gerações e sociedade: ser instrumento de mera reprodução social ou de mudança social...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo educacional brasileiro se deu num contexto histórico repleto de mudanças significativas e determinantes, marcadas fortemente por ideologias e visões do ser humano e da escola que se divergiram. Assim, o Brasil, um país ainda rural, saiu de um estado inicial com um atendimento educacional escasso para um em maior proporção quantitativa, acompanhando o crescimento populacional.

A qualidade do sistema educacional ainda é questionável. O acesso e a permanência na escola são garantidos e concretizados. No entanto, o padrão de qualidade - apesar de também ser garantido legalmente - não encontra ações que visem a sua concretização.

É extremamente importante salientar que o Brasil tem por base um modelo educacional americano, marcado por descentralização das responsabilidades de manutenção das escolas - instituídas aos Municípios e sociedade - e centralização no Ministério da Educação de um sistema nacional de avaliação desde as creches até a pós-graduação. Diante disso, há índices consideráveis de educandos que concluem o Ensino Fundamental e não dominam as competências escritas e leitoras.

Esta pesquisa nos mostrou que ao Brasil está posto um grande desafio: universalizar o ensino fundamental e erradicar, de fato, o analfabetismo. Para tanto, são necessárias políticas públicas capazes de implementar ações apropriadas para cobrir as lacunas educacionais, visando à melhoria não só na educação, mas também na sociedade como um todo. Caso